

## **A REDUNDÂNCIA DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO JUVENIL: UM ESTUDO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NO PERÍODO DE 2001 A 2011**

### **Resumo**

O estudo objetiva analisar as principais transformações e especificidades dos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador/Ba (RMS). A partir dos anos 1990, houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho, provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva, que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho e o desemprego no início das trajetórias de vida. Nos anos 2000, observa-se uma relativa melhora dos principais indicadores do mercado, mas tal processo não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. Sobre eles recai a vivência desigual da precarização social do trabalho, estando mais vulneráveis ao desemprego e às formas de trabalho e contrato mais precários. Assim, conclui-se que, na cartografia social dos mercados de trabalho metropolitanos, os jovens trabalhadores da RMS são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de

desempregados. Sobre eles o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições próprias, cujos percursos, trajetórias de trabalho e expectativas futuras carregam as marcas materiais e simbólicas da herança socialmente imposta: filhos da precarização social do trabalho. Por fim, este estudo se baseia nos principais resultados da análise de dados secundários, produzidos a partir das PNAD's/IBGE de 2001 e 2011, da minha pesquisa de doutoramento concluída em 2013, no PPGCS/UFBA.

**Palavras-chave:** Juventude trabalhadora. Precarização Social do Trabalho. Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador.

### **Luiz Paulo Jesus de Oliveira**

Doutor em Ciências Sociais, pela UFBA. Professor Adjunto do Centro de Humanidades, Artes e Letras Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira/BA, [luzpaulooliveira@gmail.com](mailto:luzpaulooliveira@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

No início dos anos 2000, os jovens reapareceram na cena pública brasileira como problema social, objeto de problematização e intervenção pública, na agenda do dia dos pesquisadores das universidades, das instituições e organismos internacionais (UNESCO, OIT e outras), de várias ONG, dos planejadores e executores das políticas públicas entre os diversos entes federados do Estado brasileiro.

Embora tenha ocorrido uma retomada do nível de ocupação, de geração de empregos formais, redução das taxas de desemprego e elevação do rendimento médio dos trabalhadores ocupados, frente a uma conjuntura favorável à retomada do crescimento da economia brasileira a partir de 2004, a herança dos anos 1990 persistiu ao longo dos anos 2000, sendo

que as taxas de desemprego juvenil apresentaram uma curva crescente até o ano 2005 (19,6%), com redução nos anos seguintes até 2008 (15,7%), e, em 2009, após os efeitos negativos da crise mundial, retornou ao mesmo patamar registrado pela Pnad em 1999 (18%).

Entre os anos 2004 e 2011 ocorreu uma expansão significativa da formalização do emprego combinada com a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores brasileiros, o que vem sendo caracterizado como “a década da formalização do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2009; KREIN; SANTOS, 2012; BORGES, 2010). Os dados da Pnad indicam que, entre 2001 e 2011, o aumento da ocupação nas áreas metropolitanas provocou uma redução significativa das taxas de desemprego aberto de 5.3 p.p., reduzindo-se de 13% em 2001 para 7,8% em 2011. Entretanto, nada assegura que esta seja uma tendência a longo prazo, uma vez que a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho é ainda bastante subordinada e dependente dos capitais externos. Quanto às formas de inserção, aumentou a proporção de trabalhadores com carteira assinada do setor privado, de 39,7% em 2001, para 49,6% em 2011; bem como a proporção de trabalhadores assalariados do setor público passou de 5,9%, em 2001, para 6,7%, em 2011.

Esse aumento da proporção do trabalho social protegido é um indicador positivo da dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000, mas a criação de postos de trabalho gerados tem sido, em sua grande maioria, de baixa remuneração, concentrando-se basicamente nas faixas até 1 salário mínimo ou de 1 até 2 salários mínimos. Esta é uma das facetas mais evidentes da nova configuração do mercado de trabalho pós-reestruturação, ou seja, os baixos salários se constituem como a base na qual se assenta a retomada do crescimento econômico, explicitando a perversão da precarização social do trabalho nos anos 2000 (BORGES, 2010).

Frente a este cenário de melhora de mercado de trabalho, indaga-se se estaríamos assistindo ao retorno do velho trabalho formal, vigente durante o período da cidadania regulada (SANTOS, 1979), no qual o trabalho se configurou como um passaporte simbólico e material de assunção aos direitos e proteção social. Estaria em curso, portanto, uma tendência estrutural de redução da precarização do trabalho? E, no caso específico, dos jovens? O que há de novo no que tange a sua inserção do mercado de trabalho?

Segundo Pierre Bourdieu (2003), não existem palavras inocentes, elas expressam relações de poder, intencionalidades e as escolhas políticas dos sujeitos. Nesse sentido, concordamos com Druck (2011) sobre a necessidade de uma leitura crítica dos indicadores sociais do trabalho no Brasil, para além dos seus aspectos conjunturais, sem perder de vista as

conexões existentes do país com os processos mais abrangentes do trabalho num quadro de crise da economia capitalista globalizada. Para tanto, a autora propõe a construção de um conjunto de indicadores de precarização, que possibilite apreender as suas múltiplas dimensões no atual cenário de reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro.

Druck (2007, 2011) defende a tese de que, na atualidade, há uma nova precarização social do trabalho no Brasil, compreendida enquanto um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragilizando os vínculos e impondo inúmeras perdas (de direitos, do emprego, da saúde e da vida) para todos aqueles que vivem-do-trabalho. Nesse sentido, considera-se que há uma nova precarização do trabalho no Brasil do século XXI, que, nas palavras da autora, assume o seguinte sentido:

Nova porque foi re-configurada e ampliada, levando a uma regressão social em todas as suas dimensões. E isto porque hoje o seu caráter abrangente, generalizado e central: i) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país, a exemplo de São Paulo, quanto às regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; ii) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país, como as indústrias de ponta, como nas formas mais tradicionais do trabalho informal, por conta própria, autônomo, etc.; iii) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados como os menos qualificados (DRUCK; OLIVEIRA; SILVA, 2010).

Consideramos que a tipologia da precarização social do trabalho<sup>1</sup> proposta por Druck (2011) se mostra útil na compreensão da cartografia da inserção dos jovens nesse contexto de reconfiguração do mercado de trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar as principais transformações e especificidades dos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador/Ba (RMS).

---

<sup>1</sup> Segundo Druck (2011), as formas de precarização do trabalho podem ser classificadas em seis tipos: i) as formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários e de redução na proteção social, com destaque para a difusão da subcontratação/terceirização, recurso a cooperativas, pejotalização, consultorias etc.; ii) os padrões de gestão e organização do trabalho – que têm levado a condições extremamente precárias de trabalho, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) sustentados na gestão racional da insegurança e pelo medo; iii) a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, à medida que há uma estratégia de gestão centrada na descartabilidade das pessoas, na insegurança e na responsabilização dos indivíduos pela sua empregabilidade. A condição que mais evidencia essa fragilização é o desemprego que se torna, cada vez mais, de longa duração, deixando de ser uma condição provisória, para se tornar uma situação de longo prazo ou mesmo permanente; iv) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas; v) a organização sindical e as formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre os mesmos, a sua heterogeneização e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos criada pela terceirização; vi) a crise do Direito do trabalho, expressa através do ataque às formas de regulamentação do Estado, sendo as leis trabalhistas e sociais sistematicamente condenadas pelos defensores dos princípios liberais que preconizam a flexibilização como processo inexorável da economia globalizada.

Defendemos a tese de que, na cartografia social dos mercados de trabalho metropolitanos, os jovens trabalhadores da RMS são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados. Para tanto, partimos dos seguintes pressupostos, explicitados a seguir.

Em primeiro lugar, partimos do pressuposto de que a noção de juventude é uma construção histórica e social que remonta a um determinado momento do ciclo da vida, caracterizada por determinados valores, atitudes e práticas, cujos sentidos e formas de reconhecimento se alteram ao longo do tempo e se diferenciam de acordo com as configurações socioculturais de cada sociedade ou país. Assim, os dispositivos de fabricação social da juventude, sejam políticos, administrativos, ideológicos, sociais apresentam certa variabilidade de acordo com os contextos sociais, e é neste campo de batalhas que a sociedade constitui e atribui um significado à condição juvenil.

Em geral, os estudos e pesquisas sobre juventude seguiram como parâmetro balizador a conceituação da ONU, que define como jovens aqueles que têm entre 15 e 24 anos, podendo ser subdivididos em adolescentes (15 a 19 anos) e jovens propriamente ditos (20 a 24). Esses limites podem se ampliar, a depender das condições sociais ou transformações na transição escola-trabalho. A partir de 2005, o Brasil passou a adotar os padrões internacionais<sup>2</sup>, e, desde então, considera-se como jovem todo cidadão ou toda cidadã com idade entre 15 e 29 anos<sup>3</sup>. A análise da condição juvenil com base em uma faixa etária, ainda que se demonstre imprecisa, é um critério de aproximação da situação concreta dos sujeitos jovens, sendo que os riscos de simplificação podem ser reduzidos, quando se incorpora e associa a classificação etária às múltiplas dimensões ou aspectos que recobrem a vivência desigual da condição juvenil no Brasil (FERNANDES, 2008; NOVAES, 2006).

Defendemos, também, que o trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil brasileira, não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Para os jovens pobres, filhos e filhas da classe trabalhadora, das camadas populares, como é o caso dos jovens pesquisados, a juventude não pode ser caracterizada

---

<sup>2</sup> Em 2001, em Dakar, Senegal, aconteceu o Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Nesta ocasião, o grupo de trabalho “Política, Participação e Direitos dos Jovens” solicitou a ONU a redefinição da sua noção de juventude, ampliando o limite superior para os 30 anos, uma vez que os jovens enfrentam dificuldades no processo de transição para a vida, principalmente nos países em desenvolvimento (FÓRUM MUNDIAL DA JUVENTUDE CONCLUI EM DAKAR, s/d).

<sup>3</sup> A lei 11.129/2005, ao definir as competências da Secretaria Nacional da Juventude, estabeleceu os jovens da faixa etária de 15 a 29 como o público alvo dos programas e projetos destinados à juventude no âmbito do governo federal.

como moratória em relação ao trabalho, mas, antes, a condição juvenil é vivida através do trabalho para assegurar o mínimo de recursos para a sobrevivência familiar, o lazer, o estudo, o namoro etc. Logo, o mundo do trabalho se configura como uma mediação efetiva e simbólica de experimentação da condição juvenil brasileira. (OLIVEIRA, 2013; DAYRELL, 2007; GUIMARAES, 2005).

E, por fim, consideramos que a precarização social do trabalho no Brasil, ao mesmo tempo que homogeneiza aqueles que vivem-do-trabalho, atinge desigualmente os diferentes segmentos que compõem a população trabalhadora, especialmente os jovens. Contudo, não atinge da mesma forma, apresentando variações importantes conforme a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos e o perfil da juventude trabalhadora (sexo, cor, escolaridade e nível de renda).

Do ponto de vista metodológico, consideramos que a produção de informações e dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, e o seu uso por instituições governamentais e estudiosos é fruto de escolhas, influenciadas por posturas ideológicas e científicas que interferem na manipulação e interpretação dos dados da realidade social. Nesse sentido, estamos de acordo com Druck (2011) sobre a necessidade de uma leitura crítica dos indicadores sociais do trabalho no Brasil, para além dos seus aspectos conjunturais, sem perder de vista as conexões existentes no país com os processos mais abrangentes do trabalho num quadro de crise da economia capitalista globalizada.

Os indicadores analisados referem-se à média do mercado de trabalho metropolitano do Brasil, e, em especial, à Região Metropolitana de Salvador, os quais foram construídos a partir da base de dados da Pnad, 2001 e 2011, com recorte etário de 15 a 29 anos. As áreas metropolitanas investigadas pela Pnad, as quais configuram o que ora denominamos de “Brasil Metropolitano”, não constituem um todo homogêneo, apresentam desigualdades econômicas inter e intrarregionais que se expressam na configuração heterogênea e desigual dos mercados de trabalho metropolitanos do país. Por isso, na análise dos indicadores, não podemos ignorar essa particularidade do mercado de trabalho brasileiro.

O presente texto, além dessa introdução, está estruturado em três partes: inicialmente, apresentaremos alguns indicadores gerais da precarização social do trabalho juvenil nos anos 2000. Em seguida, busca-se, a partir de dados secundários da PNAD/IBGE 2001 e 2011, evidenciar que, na cartografia social dos mercados de trabalho metropolitanos, os jovens trabalhadores das RMS são aqueles que estão mais expostos à precarização social

do trabalho, sendo as formas de inserção e trajetórias ocupacionais ilustrativas das transformações ocorridas no padrão de inserção juvenil e das implicações sociais da precarização do trabalho na vida dos jovens no Brasil nos anos 2000. Por fim, apresenta-se a considerações finais.

## **OS INDICADORES GERAIS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO JUVENIL NO MERCADO DE METROPOLITANO BRASILEIRO**

Em 2011, aproximadamente 15 milhões de jovens de 15 a 29 anos residiam nas nove regiões metropolitanas pesquisadas pela Pnad/IGBE, correspondendo a 35,3% do total de jovens residentes em áreas urbanas do país. Apesar da sua composição por subgrupos etários, apresentam uma distribuição equilibrada<sup>4</sup>, 2/3 dos jovens metropolitanos têm entre 20 e 29 anos, subgrupos juvenis que exercem maior pressão sobre o mercado de trabalho.

No que concerne à distribuição dos jovens por sexo, verifica-se que as mulheres estão levemente sobre-representadas (50,4%) em relação aos homens (49,6%), tendência que se confirma em quase todas as regiões, exceto na região metropolitana de São Paulo, onde a situação se inverte. Quanto à cor/raça, 51,7% são negros e 48,3% são brancos. Porém, há de se observar as diferenças étnico-raciais inerentes ao processo formação sociocultural do país, existentes entre as regiões. As regiões Metropolitanas do norte-nordeste: Salvador (86,6%), Belém (73,2%), Fortaleza (66,5%) e Recife (64,6%) concentram as maiores proporções de jovens negros metropolitanos.

Um aspecto que chama atenção refere-se à escolaridade. Os dados da Pnad 2011 mostram que 45,8% dos jovens de 15 a 29 anos tinham o ensino médio completo ou superior incompleto, enquanto que, em 2001, esse percentual correspondia a 30,9%. Esta proporção é mais elevada entre os jovens de 20 a 24 anos (61%) e de 25 a 29 anos (54%). Também aumentou a proporção de jovens com ensino superior, principalmente entre os jovens adultos, que passou de 9,7% em 2001 para 16,7% em 2011. Entretanto, na faixa etária de 20 a 24, apenas 7,4% já concluíram o curso superior. Diversos estudos têm apontado que esta é a geração mais escolarizada que o país teve, contudo, ainda é elevada a proporção de jovens metropolitanos de 15 a 19 que não concluíram o ensino fundamental completo (26%), sendo que a Região Metropolitana de Salvador apresenta a proporção mais elevada de jovens nessa situação (38,5%).

---

<sup>4</sup> 4,9 milhões de jovens-adolescentes (15 a 19 anos), 5 milhões de jovens-jovens (20 a 24 anos) e 5,1 milhões de jovens-adultos (25 a 29 anos).

*A situação dos jovens no mercado de trabalho: os novos demandantes e a vivência do desemprego*

Os jovens metropolitanos em sua diversidade são fundamentalmente trabalhadores. Em 2011, 67% dos jovens metropolitanos estavam trabalhando ou à procura de algum trabalho, ou seja, aproximadamente 10 milhões de jovens metropolitanos tinham como destino social o mercado do trabalho, e em sua grande maioria já tinham deixado o sistema escolar.

Os incrementos ocorridos na população juvenil economicamente ativa no período analisado evidenciam que as mulheres foram exclusivamente responsáveis pela pressão juvenil sobre o mercado de trabalho metropolitano. Entre 2001 e 2011, o tamanho da PEA juvenil apresentou uma variação negativa no mesmo patamar registrado para PIA juvenil (-0,1%); a PEA juvenil masculina teve variação negativa, -2,6%; enquanto que a PEA juvenil feminina apresentou uma variação positiva de 1,4%.

De acordo com Borges (2009), essa pressão das jovens mulheres sobre o mercado está condicionada por um conjunto de determinantes demográficos (a onda jovem), econômicos (pressão dos provedores familiares para entrada dos filhos no mercado de trabalho em decorrência do desemprego ou rebaixamento do nível de renda familiar) ou socioculturais (a conquista da independência financeira, mutações na relação das mulheres com o trabalho na esfera produtiva, aumento do número de mulheres chefe de domicílio etc.).

As taxas de participação dos jovens por escolaridade indicam que os jovens metropolitanos que concluíram o ensino médio ou estão cursando o ensino superior, assim como os que já concluíram o ensino superior, principalmente os subgrupos etários de 20-24 anos e 25-29 anos são aqueles que exercem maior pressão sobre o mercado de trabalho e com maiores chances de encontrar um emprego. Entre 2001 e 2011, a taxa de participação dos jovens mais escolarizados esteve acima da média geral, enquanto que a dos jovens menos escolarizados em patamares bem inferiores. Nesse sentido, observa-se que o ensino médio tem se configurado como critério mínimo de seleção e recrutamento da força de trabalho juvenil, e, por conseguinte, os jovens com baixa escolaridade acabam ocupando as posições mais precárias existentes no mercado de trabalho.

Se, de um lado, as taxas de participação expressam as demandas da juventude em sua heterogeneidade em torno da importância do trabalho em suas vidas, de outro, o desemprego se constitui como uma das facetas mais perversas do processo de precarização social do

trabalho, que atinge de forma severa os jovens metropolitanos brasileiros. Em 2001, os jovens representavam 60,8% (2 milhões) do total de desempregados das áreas metropolitanas do país, pesquisadas pela Pnad/IGBE, e, em 2011, 57,6% (1,4 milhões) dos desempregados metropolitanos eram jovens. O quadro de melhora do nível de ocupação, registrado entre 2004 e 2011, não foi suficiente para reverter o grau de exposição dos jovens ao principal risco do mercado de trabalho, de modo que os jovens continuam sobre-representados no estoque de desempregados do país.

O grau de vulnerabilidade dos jovens metropolitanos torna-se mais grave quando se compara com as taxas de desemprego da população adulta (30 ou mais). Em 2011, a taxa de desemprego juvenil nas áreas metropolitanas pesquisadas pela PNAD/IBGE (14,1%) era praticamente o triplo da taxa de desemprego da população adulta (4,8%).

As taxas médias gerais de desemprego juvenil tendem a “camuflar” as desigualdades existentes no universo dos jovens metropolitanos. As mulheres jovens, os jovens negros, os menores escolarizados e os jovens residentes nas áreas metropolitanas do Norte–Nordeste do país são os segmentos juvenis mais expostos ao desemprego. Dentre as regiões metropolitanas pesquisadas pelo Pnad (2001 e 2011), a região Metropolitana de Salvador (RMS) é a que detém os maiores índices de desemprego juvenil, disputando o inusitado título de campeã do “desemprego juvenil” com a Região Metropolitana de Recife. Portanto, na última década, a dinâmica do mercado de trabalho mostrou-se bastante desfavorável para os jovens da metrópole baiana, de tal forma que, ao final de 2011, a taxa de desemprego era a mesma registrada em 2001 (23%).

Para além das desigualdades regionais, também se percebe que determinados jovens têm maiores chances de ficar desempregados, estando, portanto, mais vulneráveis ao desemprego. As desigualdades de gênero e de cor no acesso dos jovens ao mercado de trabalho continuam a operar como elementos discriminatórios da força de trabalho juvenil, sendo que as mulheres e os negros estão mais expostos ao fenômeno do desemprego. Adicionam-se, ainda, as desigualdades escolares.

Os jovens com ensino médio completo ou cursando o ensino superior foram os mais beneficiados com as insuficientes vagas de trabalho criadas para os jovens metropolitanos nos anos 2000. Contudo, a elevação do nível de escolaridade das novas gerações de trabalhadores dos anos 2000 não assegurou um passaporte automático para o emprego ou ocupação. Metade dos jovens metropolitanos, economicamente ativos, já galgou o diploma do ensino médio em

2011, porém, nem todos têm como destino certo uma inserção no emprego, de modo a validar a tese defendida por alguns autores de que a escolaridade é uma condição atenuante do grau de exposição ao desemprego, porém insuficiente, não sendo, portanto, uma garantia de que todos encontrarão uma vaga no mercado de trabalho (TANGUY, 1999).

Em 2011, 47% dos jovens desempregados de 15 a 19 anos tinham concluído o ensino médio ou estavam cursando o ensino superior e 5% tinham curso superior completo; sendo que, no caso dos jovens de 20-24 anos e 25-29 anos, os percentuais são mais elevados ainda. Quando se compara este quadro com a situação dos jovens em 2001, conclui-se que o peso da proporção dos jovens com diploma de nível médio ou ensino superior incompleto no estoque dos desempregados aumentou significativamente (16,1 p.p), o que revela os limites do mercado de trabalho reconfigurado pós-reestruturação produtiva.

As desigualdades geracionais, de gênero, étnico-raciais e educacionais estão profundamente entrelaçadas nas trajetórias e experiências laborais dos jovens, porém não estão desvinculadas da origem social dos jovens e do grupo doméstico do qual fazem parte, visto que a posição da família de origem na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas interfere nas probabilidades de inserção no mercado de trabalho. A taxa de desemprego segundo a renda domiciliar per capita indica que os jovens residentes nos domicílios extremamente pobres ou pobres continuam sobre-representados entre a população juvenil desempregada. Em 2011, as taxas de desemprego dos jovens pobres de 15 a 29 anos era 5,4 vezes (35,2%) superior à taxa dos jovens residentes em domicílios com rendimentos acima de 5 salários mínimos (6,5%).

#### *A qualidade dos postos de trabalhos juvenis*

A natureza e a qualidade dos postos de trabalhos ocupados pela força de trabalho juvenil metropolitano são indicadores importantes para entendermos as especificidades e as características do trabalho juvenil no cenário atual de reconfiguração do mercado de trabalho metropolitano.

Na última década, a proporção de jovens ocupados sem proteção social e trabalhista reduziu significativamente em razão do aumento dos números de postos de trabalho formais ocupados pelos jovens. Em 2011, a taxa de informalidade dos jovens metropolitanos de 15 a 29 anos atingiu o patamar de 30,5%, enquanto que, em 2001, esse percentual foi de 44,5%. Ao final dos anos 2000, o emprego com carteira assinada se configurava como porta de entrada para 63% dos jovens ocupados na faixa etária de 15 a 29 anos, notadamente para os

jovens mais velhos (20 a 29 anos). Ademais, as chances de conquista do emprego formal são profundamente desiguais entre jovens das metrópoles brasileiras. As taxas de informalidade dos jovens de Belém (50,3%), Fortaleza (50,8%) e Salvador (42,1%) estão acima da média metropolitana nacional, explicitando a magnitude do grau de exposição dos jovens trabalhadores dessas regiões à precarização do trabalho, o que não deixa de ser coerente com o grau de desestruturação desses mercados de trabalho metropolitanos.

O aumento da proporção de jovens empregados com carteira assinada, ainda que seja um indicador positivo da inserção juvenil no mercado de trabalho, não é per si um indicador de redução da precarização social do trabalho, e nem tampouco pode ser analisado enquanto um fenômeno isolado da cartografia social do trabalho metropolitano. Segundo a Pnad de 2011, no agregado total, 40,2% dos jovens metropolitanos estavam inscritos na cartografia social do trabalho na condição de “sem-empregos<sup>5</sup>”, a qual é vivenciada com maior intensidade pelos jovens trabalhadores de Belém (60%), Salvador (55,5%), Fortaleza (50,8%) e Recife (45,5%). Portanto, o déficit de emprego formal juvenil explicita que as dificuldades de inserção dos jovens não foram interrompidas na atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro.

No tocante à qualidade de postos de trabalhos, um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à estrutura setorial das ocupações juvenis. Em 2011, os setores que mais empregaram os jovens foram do comércio e reparação (24,3%), da indústria de transformação (14,1%), serviços sociais, educação e saúde (9%) e construção civil (7,1%), que somados representam em torno de 55% dos jovens ocupados. Além disso, chama atenção o fato de que 17% dos jovens metropolitanos estão ocupados em outras atividades, que abrangem desde as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias (administração de condomínios) até os serviços prestados principalmente às empresas (agenciamento e locação de mão de obra de terceirização/trabalho temporário; serviços de limpeza, de segurança e vigilância). Embora a Pnad não capte diretamente o trabalho terceirizado, grande parte dos jovens ocupados nessa categoria é constituída de trabalhadores terceirizados, o que é possível de ser deduzido a partir das especificidades das atividades agrupadas nela. A terceirização e o

---

<sup>5</sup> Segundo Barreto (2005, p. 76) “Os sem emprego [...] são todos os trabalhadores que não tem um contrato de trabalho por indeterminado, nem um salário fixo, nem direitos e benefícios garantidos por lei. Ou seja, se usarmos as denominações da literatura são todos aqueles que se encontram na situação de desemprego e/ou exercendo uma atividade informal”.

trabalho temporário se configuram como portas de entrada de muitos jovens no mercado de trabalho.

A distribuição dos jovens por agrupamento ocupacional reitera a estrutura setorial apresentada acima. Em sua maioria, os jovens são trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação (21,3%); trabalhadores administrativos (20,7%), trabalhadores dos serviços (17,7%), vendedores e prestadores de serviços do comércio (15,7%); e apenas 3,2% dos jovens são dirigentes. Por fim, destaca-se que há uma maior participação de mulheres jovens entre os trabalhadores de serviços administrativos e de serviços; e dos homens entre os trabalhadores da produção de bens e serviços, e de reparação e manutenção.

No que se refere à qualidade do trabalho dos jovens, a jornada de trabalho semanal é outro indicador importante. Em 2011, os dados da Pnad indicam que 51% dos jovens metropolitanos trabalhavam de 40 a 44 horas semanais e 28,3% trabalhavam acima da jornada legal de trabalho (44 horas). Em comparação com 2001, observa-se que ampliou a proporção de jovens ocupados com jornada de trabalho integral, sendo que, naquele ano, 39,2% dos jovens trabalhavam de 40 a 44 horas semanais; mas, por outro lado, houve uma redução daqueles que trabalhavam acima de 44 horas semanais, uma vez que, em 2001, 39% dos jovens ocupados estavam nessa situação. No entanto, a extensa jornada de trabalho dos jovens continua sendo um dos elementos que impossibilita a conciliação entre trabalho e estudo ou retorno para os estudos. Em 2011, 62,5% dos jovens de 15 a 29 anos que trabalhavam e estudavam tinham jornada de trabalho acima de 40 horas, proporção que se elevava para 83% entre os jovens que apenas trabalhavam.

Quanto aos rendimentos, os dados da Pnad reforçam o grau de precarização das ocupações dos jovens metropolitanos em 2011. Observa-se que os rendimentos são desiguais entre os jovens trabalhadores, com acentuadas assimetrias conforme os subgrupos etários que compõem a população jovem e os seus atributos pessoais. Os rendimentos médios dos jovens em 2011 situavam-se entre um e dois salários mínimos, com exceção dos jovens funcionários públicos e empregadores que são as categorias que têm os rendimentos mais elevados entre os jovens metropolitanos ocupados. No entanto, no agregado geral, o rendimento médio estimado para os jovens ocupados, R\$ 1.088,00, é inferior ao rendimento médio do total de ocupados, estimado em torno de R\$ 1.654,00.

O conjunto dos indicadores apresentados sobre o quadro geral da situação juvenil no mercado de trabalho metropolitano põe em questão o peso dos traços estruturais dos mercados

de trabalho metropolitanos e sua capacidade de incorporação das novas gerações de trabalhadores num cenário de recuperação de nível de ocupação, de redução das taxas de desemprego e aumento do rendimento médio do trabalho, tal como se registrou a partir de meados dos anos 2000. A tendência de inflexão no processo de desestruturação do mercado de trabalho não provocou rupturas estruturais com a precarização do trabalho instaurada pós-reestruturação produtiva, nem tampouco implicou mudanças efetivas na situação dos jovens no mercado de trabalho. Os jovens trabalhadores continuam em situação de desvantagem social, e, certamente, se constituem como a fração da classe trabalhadora mais vulnerável às consequências sociais da precarização do trabalho no Brasil nas últimas décadas. As mudanças ocorridas na dinâmica do mercado de trabalho não foram tão favoráveis à inserção dos jovens, conforme atesta o conjunto de indicadores até aqui analisados. Nesse caso, a situação dos jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se configura como um exemplo típico da redundância da precarização social do trabalho no Brasil.

### **A SITUAÇÃO DOS JOVENS TRABALHADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS): UM EXEMPLO TÍPICO DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO**

Em comparação com as outras regiões metropolitanas do país, a RMS destaca-se como a região que concentra os piores indicadores de precarização do trabalho dos jovens metropolitanos, os quais explicitam dois traços estruturais do mercado de trabalho metropolitano baiano<sup>6</sup> : a subutilização da força de trabalho, expressa nas elevadas de taxas de

---

<sup>6</sup> Em estudo anterior sobre trabalhadores de informais de rua na cidade de Salvador (OLIVEIRA 2005), buscamos destacar, a partir da literatura existente, alguns aspectos do processo de formação histórica do mercado de trabalho na Bahia, chamando atenção para as seguintes características: 1) Até a metade do século XX a cidade de Salvador, principal centro urbano do Estado, era um “espaço não-produtivo”, mas profundamente “vocacionada” às funções político-administrativas e mercantis; 2) A presença de uma economia informal enraizada na história da cidade, atestando a importância das atividades não-capitalistas (trabalho informal) na estrutura produtiva da cidade de Salvador; 3) A formação de um Exército Industrial de Reserva (EIR) que é anterior ao processo de industrialização; 4) Com a implantação da Petrobrás na década de 1950, iniciou-se o processo de industrialização na economia regional e de configuração de um novo mercado de trabalho montado no assalariamento da população trabalhadora; que se consolidará com a instalação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de 1970; 5) A forma de integração da Bahia na divisão nacional do trabalho e a economia brasileira foram marcadas por dois aspectos importantes: seu caráter complementar ao processo de industrialização do Centro-Sul e a subordinação aos interesses capitalistas sediados naquela região; 6) Tal processo resultou em uma frágil articulação da indústria moderna com as atividades tradicionais pré-existentes no Estado, contribuindo decisivamente na formação de economia e de um mercado de trabalho regionais marcados por uma forte heterogeneidade estrutural, sendo que apenas pequena parcela da população trabalhadora pôde sentir o “gosto” do emprego assalariado, enquanto que a imensa maioria da força de trabalho se ocupava de diversos “expedientes” urbanos para assegurar a própria reprodução social; 07) A pobreza é um dos traços estruturais do mercado de trabalho metropolitano, expressa não apenas pela presença histórica do trabalho informal, mas também pelo grande número de empregos com vínculos precários e à margem da legislação social do trabalho; 08) Por último, é importante destacar o peso do emprego público e o papel do Estado na configuração do mercado de trabalho metropolitano. No contexto regional, marcado pela subutilização da força de trabalho disponível, o emprego público afigurou-se como uma

desemprego aberto e oculto, o que demonstra a incapacidade da estrutura produtiva da economia regional em gerar posições ocupacionais capazes de atender à crescente oferta de trabalho; bem como, a enorme heterogeneidade das relações de trabalho, em níveis sempre elevados, acima dos padrões nacionais. Estes traços estruturais se tornaram mais expressivos nos anos de 1990, com o processo de reestruturação que ocorreu nos setores mais dinâmicos da já frágil economia regional, como o Polo Petroquímico de Camaçari, pondo em evidência os seus limites e a sua incapacidade de incorporar a população disponível para trabalhar (BORGES, 2003; SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010).

Se, durante a década de 1980, o Polo Petroquímico de Camaçari foi uma “fábrica de fazer fábricas”, não se pode afirmar o mesmo para a década de 1990. O que se observou foi um processo intenso de reestruturação das empresas, de ajustes, de fusões, demissões em massa, adoção de novas práticas de gestão e organização do trabalho (OLIVEIRA, 2003). Assim, a Cidade da Bahia, capital do Brasil Colônia por mais de dois séculos e meio, ou, ainda, como formula o historiador Cid Teixeira (2002), a Capital do Atlântico Sul, se converteu, no limiar do século XXI, na Metrópole Brasileira do Desemprego. A dinâmica do trabalho no mercado metropolitano acompanhou o ritmo e a dança da nova ordem produtiva na qual o Brasil se inseriu na década de 1990, forjada no bojo da crise do modelo brasileiro de desenvolvimento e na adoção do ideário neoliberal pelo Estado brasileiro. É nesse contexto que a Bahia vivenciará um radical desmonte da sua já frágil e incompleta sociedade salarial. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano se traduziu principalmente através do aumento do desemprego e da precarização do seu núcleo estruturado, lócus do emprego social protegido, bem como provocou um reordenamento do seu núcleo não-estruturado, mediante o surgimento de uma “nova informalidade” (BORGES, 2003; DRUCK; BORGES, 2004; OLIVEIRA, 2005).

É nesse cenário de completa incapacidade do núcleo estruturado do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho existente e de fortes indícios de saturação do informal, que se evidenciou o processo de desestruturação do mercado de trabalho na RMS, resultando em graus de vulnerabilidade social diferenciados para os trabalhadores baianos,

---

política compensatória amplamente utilizada pelas elites políticas, que se tornou mais recorrente na Bahia durante a crise dos anos de 1980. Concomitante a isto, os incentivos e subsídios concedidos pelo Estado às empresas privadas durante o processo de industrialização, principalmente a partir da década de 1970, resultaram diretamente na geração de empregos com carteira assinada (BORGES, 2003; SOUZA; FARIA, 1980; CARVALHO; SOUZA 1980).

principalmente para os jovens. Assim, ao longo dos anos de 1990, aumentou significativamente a pressão das novas gerações nascidas antes do declínio da fecundidade, com idade de trabalhar, sobre o mercado de trabalho da RMS. A taxa de participação dos jovens de 15 a 29 anos elevou-se de 49,5% em 1992 para 64,7% em 2009, num cenário completamente desfavorável à inserção dos jovens baianos.

Se o mercado de trabalho se configurava como destino certo de boa parte dos jovens da RMS, as chances de obter um emprego socialmente protegido eram mínimas, pois, de cada 10 jovens que ingressavam no mercado de trabalho em 1999, apenas 4 se encontram em uma ocupação formal. Dessa forma, os piores lugares da cartografia social do trabalho eram destinados aos jovens: o desemprego e a informalidade do trabalho. Como evidencia a tabela 01, a taxa de desemprego entre 1992 e 1999 mais que dobrou, e a taxa de informalidade aumentou 12,4 p.p nesse período, ou seja, a condição de sem-emprego se configurava como o destino certo de 62,7% dos jovens economicamente ativos em 1999. Portanto, na condição de recém-chegados ao mercado metropolitano reestruturado dos anos de 1990, os jovens trabalhadores ingressaram num mercado de trabalho que não oferecia alternativas plausíveis de construção de um futuro melhor, explicando a gravidade da crise que se abateu sobre o trabalho na metrópole baiana.

**Tabela 01 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção de sem emprego – pessoas de 15 a 29–Região Metropolitana de Salvador -1992 a 2011**

Em percentual (%)

Ano	Taxa Participação	Tx. Desocupação	Tx. Informalidade	% Sem emprego
2011	72,0	23,1	42,1	55,5
2009	80,9	26,9	58,2	71,7
2001	69,0	22,5	52,8	63,1
1999	64,7	25,2	48,7	62,7
1992	49,5	12,4	36,3	40,4

FONTE: Pnad/IBGE, microdados 2011. Elaboração própria

Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, o mercado de trabalho apresentou uma rápida recuperação do nível de ocupação, com taxas superiores às da PEA, que resultaram na redução da taxa de desocupação, mas ainda em patamares inferiores à condição de funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 1992, momento em que a consequência da reestruturação produtiva não havia se manifestado na sua inteireza sobre o

mundo do trabalho na Bahia (BORGES, 2011; CARVALHO, 2011). Entretanto, o crescimento do emprego formal nessa década não foi capaz de reverter o quadro de precarização do trabalho dos anos de 1990 e nem eliminar os traços estruturais do mercado de trabalho da RMS. Contudo, trata-se de um mercado de trabalho completamente reconfigurado, o que implica dizer que houve metamorfoses importantes no que tange à oferta e demanda do trabalho, para utilizarmos um jargão típico da economia.

Do ponto de vista da oferta do trabalho, observam-se algumas linhas de continuidade com os anos de 1990, dentre as quais se destacam a elevação das taxas de participação; a redução do peso de crianças e jovens na composição etária da PEA em detrimento do aumento da participação dos adultos, reflexos das mudanças demográficas em curso; a contínua elevação da participação das mulheres na PEA e, principalmente, a elevação do nível de escolaridade, sendo cada vez mais crescente o contingente de trabalhadores com 11 a 14 anos de estudos (ensino médio ou superior incompleto). No caso específico dos jovens que chegam ao mercado de trabalho no final dos anos 2000, os ganhos de escolaridade são mais elevados do que os dos trabalhadores adultos e acima da média geral da PEA. Entretanto, a recuperação do mercado metropolitano ampliou o grau de precarização e de exposição aos riscos sociais associados ao trabalho entre as novas e velhas gerações de trabalhadores, sendo que os jovens da metrópole baiana continuam em desvantagem social em relação aos trabalhadores adultos.

Nas últimas duas décadas, elevou-se drasticamente o grau de vulnerabilidade e de precarização do trabalho dos jovens metropolitanos baianos. Os níveis de subutilização da força de trabalho juvenil e a inserção em posições ocupacionais precárias só fizeram se multiplicar entre 1992 e 2009. A evolução das taxas de participação põe em relevo a centralidade do trabalho na vivência da condição, o que aponta para a necessidade de pesquisas qualitativas que possibilitem compreender o lugar que o trabalho ocupa na construção das trajetórias e experiências de vida de jovens metropolitanos. Principalmente, quando as trajetórias e formas de inserção são marcadas por experiências recorrentes de desemprego, informalidade e empregos precários-formais. As taxas de desemprego e de informalidade dos jovens de 15 a 29 anos cresceram vertiginosamente, 92% e 60% respectivamente, refletindo diretamente no aumento da proporção de jovens sem-emprego, que, em 2009, atingiu o patamar de 71%. Todavia, os dados da Pnad para 2011 (Ver tabela 02) indicam um incremento significativo de postos de trabalho com registro formal, os quais foram ocupados pelos jovens, incidindo diretamente na redução da taxa de informalidade

juvenil, mas num patamar acima do registrado em 1992. Por outro lado, a taxa de desemprego reduziu apenas 3.8 p.p. entre 2009 e 2011, passando de 26,9% para 23,1% respectivamente. Logo, os jovens continuam sobre-representados no contingente dos desempregados metropolitanos (57%).

<b>Tabela 02 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção</b>				
Em percentual (%)				
<b>RM</b> s	<b>Taxa Participação</b>	<b>Tx. Desocupação</b>	<b>Tx. Informalidade</b>	<b>% Sem emprego</b>
BEL	57,8	19,6	50,3	60
FOR	62,8	11,6	44,4	50,8
REC	55,3	19,1	32,6	45,5
<b>SSA</b>	<b>72</b>	<b>23,1</b>	<b>42,1</b>	<b>55,5</b>
BH	71	12,6	28,7	37,7
RJ	59,2	15,4	30,4	41,2
SP	72,2	12,6	25,6	35
CTBA	72,3	9,9	28,8	35,8
POA	70,9	9,8	26,3	33,5
DF	65,2	14,7	29,1	39,6
Brasil Metropolitano	67	14,1	30,5	40,2
Brasil Urbano	66,7	12,4	43,1	50,2

FONTE: Pnad/IBGE, microdados 2011. Elaboração própria

Nota: RMs – Regiões Metropolitanas BEL – Belém/PA; FOR – Fortaleza-CE; REC – Recife-PE; SSA – Salvador-BA; BH- Belo Horizonte – MG; RJ – Rio de Janeiro-RJ; SP – São Paulo – SP; CTBA- Curitiba-PR; POA – Porto Alegre-RS; DF – Distrito Federal

A cartografia social do trabalho juvenil no mercado metropolitano baiano é composta por um elevado déficit de trabalho decente. Se utilizarmos o critério utilizado pela OIT para mensurar tal conceito, conclui-se que, em 2011, aproximadamente 386 mil jovens trabalhadores de 15 a 29 anos faziam parte do conjunto de trabalhadores brasileiros que vivem à margem da norma salarial, dos direitos do trabalho e da proteção social. Esse quadro de vulnerabilidade dos/as jovens baianos/as ganha contornos mais nítidos quando confrontado com a realidade das demais metrópoles brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos indicadores aqui apresentados põe em questão o peso dos traços estruturais dos mercados de trabalho metropolitanos e sua capacidade de incorporação das novas gerações de trabalhadores num cenário de recuperação de nível de ocupação, de

redução das taxas de desemprego e aumento do rendimento médio do trabalho, tal como se registrou a partir de meados dos anos 2000. A tendência de inflexão no processo de desestruturação do mercado de trabalho não provocou rupturas estruturais com a precarização do trabalho instaurada pós-reestruturação produtiva, nem tampouco implicou mudanças efetivas na situação dos jovens no mercado de trabalho. Os jovens trabalhadores continuam em situação de desvantagem social, e certamente, se constituem como a fração da classe trabalhadora mais vulnerável às consequências sociais da precarização do trabalho no Brasil nas últimas décadas. As mudanças ocorridas na dinâmica do mercado de trabalho não foram tão favoráveis à inserção dos jovens, conforme atesta o conjunto de indicadores analisados.

Também fica explícito o caráter desigual da precarização do trabalho entre os jovens trabalhadores, e suas gradações sociais conforme os atributos adstritos e adquiridos, os quais são condicionados pela condição de classe e o lugar que ocupam na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas em que vivem. O campo de possibilidades da inserção laboral dos jovens não depende apenas da sua capacidade criativa, enquanto indivíduos, de inventar caminhos e de estabelecer estratégias racionais que transformem o seu desejo e a sua busca por um trabalho em conquista efetiva de emprego, mas também estão condicionadas pelas propriedades estruturais e específicas dos mercados de trabalho metropolitanos.

Nesse caso, a situação dos jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se configura como um exemplo típico, uma vez que, sobre eles, o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições redundantes, cujos percursos e trajetórias de trabalho carregam as marcas materiais e simbólicas de uma herança socialmente imposta: filhos da precarização social do trabalho!

### **THE REDUNDANCY OF THE SOCIAL PRECARIOUSNESS OF YOUTH WORK: A STUDY OF THE METROPOLITAN REGION OF SALVADOR FROM 2001 TO 2011**

#### **Abstract**

The study aims to analyze the main changes and specificities of the transition and integration processes of the youth labor force in the Metropolitan Region of Salvador / BA labor market (MRS). Since the 1990s there have been significant changes in the Brazilian pattern of transition from school to work, caused by the expansion of the educational system and productive restructuring, which implies in delaying entry into the labor market and unemployment at the beginning of the life trajectories. In the 2000s, there was a relative improvement of key market indicators, but this process has not benefited young people in the same way that they adults. On them lies the unequal experience of social precariousness of work, being more vulnerable to unemployment and to the ways of work, as

well as more precarious contract. Thus, it is concluded that the social mapping of metropolitan labor markets, MRS young workers are those who are most exposed to more unstable and precarious condition of the labor market: the condition of unemployed. On them the burden of the world of work changes takes own features, which routes, work trajectories and future expectations carry the material and symbolic marks of socially imposed heritage: children of social precariousness of work. Finally, this study builds on the main results of the analysis of secondary data, produced from the PNAD's / IBGE 2001 and 2011, from my PhD research completed in 2013, at PPGCS / UFBA.

**Keywords:** Working Youth. Social Precariousness of Work. Metropolitan Region of Salvador / BA Labor Market.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Theo da Roca. **Trabalhadores informais e desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados da RMS – no final do século XX. 2005. 269f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: duas décadas de transformações. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v.21, n.2, p449-462, abr/jun.2011.

\_\_\_\_\_. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, v. 23, p. 619-632, 2010.

\_\_\_\_\_. Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. In: TOLEDO, Enrique Garcia; NEFFA, Júlio César (orgs.) **Trabajo y modelos productivos em América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela luego de lãs crisis del modo de desarrollo neoliberal**. Buenos Aires: Clasco, 2009. V. II, p. 217-247.

\_\_\_\_\_. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 1990**. 2003. 374f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOURDIEU, Pierre. O que quer dizer falar. In: \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003. p. 101-118.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Caderno CRH**, v. 24, p. 397-412, 2011.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. In: **Tempo Social**, São Paulo, v.13, n.2, p. 89-114, Nov. 2001.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira; SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1105-1128, out. 2007.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.35-55, 2011.

\_\_\_\_\_. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. **XXXI Encontro Anual da Anpocs**, 2007. Anais... Caxambu, MG, 2007.

DRUCK; Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo; SILVA, Selma Cristina de Jesus. A precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F; NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador:SEI, 2010. p. 103-129. (Série estudos e pesquisas, 86).

DRUCK; Graça; BORGES, Ângela. Flexibilidade e precarização: a desestruturação do mercado de trabalho e a “nova informalidade”. Seminário da CLASCO Lasnuevas formas de trabajo emergentes en América Latina em la era post-neoliberal, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro,RJ, 2004.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Juventude em transição para o mundo do trabalho**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

GUIMARÃES, Nadia. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoini (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

KREIN, José Dari; SANTOS, José Anselmo. A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. **Nueva Sociedad**( Especial em português), p. 60-73, jun.2012.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2006.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**. 2013.331f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador**. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. **A “Desestabilização dos estáveis” do pólo petroquímico de Camaçari nos anos de 1990**. 2003. 116f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob o regime pós-neoliberal. In.: TOLEDO, Enrique Garcia; NEFFA,Júlio César (orgs.) **Trabajo y modelos productivos em América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela luego de lascrisisdel modo de desarrollo neoliberal**. Buenos Aires: Clasco, 2009.

SANTOS,Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Campus.1979.

SANTOS, L.C.C.; BIPO FILHO, L.M.; SOUZA, L.N. Um índice para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. In: BRAGA, T.; VIDAL, F; NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p. 207-237. (Série estudos e pesquisas, 86).

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

TANGUY, Lucie. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 20, n. 67, p. 48-69, Ago.1999.

TEIXEIRA, Cid. Os desafios enfrentados pela Capital do Atlântico Sul. **Tribuna da Bahia**, Suplemento Especial Fortes da Bahia, n. 02, p. 01, 04/04/2002.